



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

2º CC-MF  
Fl.

Processo nº : 10830.004772/00-84

Recurso nº : 118.979

Acórdão nº : 201-75.929

Recorrente : JUMBO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA.  
Recorrida : DRJ em Campinas - SP

**COFINS. FALTA DE RECOLHIMENTO.** Tendo a liminar concedida em mandado de segurança determinado que a Secretaria da Receita Federal se abstenha de "exigir que as refinarias de petróleo cobrem antecipadamente a COFINS devida pelas companhias distribuidoras e comerciantes varejistas, com base no art. 4º da Lei nº 9.718/98, mantendo-se a sistemática de recolhimento antecipado pelas companhias distribuidoras, nos moldes da Lei Complementar nº 70/91", e a empresa deixado de seguir a determinação judicial, está correto o lançamento que formaliza a exigência dos valores com base na Lei Complementar antes mencionada.

**TAXA SELIC.** Nos termos do art. 161, § 1º, do CTN (Lei nº 5.172/66), se a lei não dispuser de modo diverso, a taxa de juros será de 1%. Como a Lei nº 8.981/95, c/c o art. 13 da Lei nº 9.065/95, dispôs de forma diversa, é de ser mantida a Taxa SELIC.

**NÃO INCIDÊNCIA DA COFINS SOBRE COMBUSTÍVEIS.** O STF, ao julgar o RE nº 250.585/PB, decidiu, em relação à COFINS incidente sobre os combustíveis, que não lhes é aplicável a imunidade prevista no art. 155, § 3º, da Carta Magna.

**Recurso a que se nega provimento.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por:  
**JUMBO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA.**

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 20 de fevereiro de 2002

*Josefa Maria Coelho Marques*  
Josefa Maria Coelho Marques

Presidente

*Serafim Fernandes Corrêa*  
Serafim Fernandes Corrêa  
Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Jorge Freire, Rogério Gustavo Dreyer, Gilberto Cassuli, José Roberto Vieira, Antonio Mário de Abreu Pinto e Sérgio Gomes Velloso.  
iao/cf/mb



Processo nº : 10830.004772/00-84

Recurso nº : 118.979

Acórdão nº : 201-75.929

Recorrente : JUMBO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA.

## RELATÓRIO

Adoto como relatório o de fls. 135/139, que leio em Sessão, e acresço mais o que se segue.

A DRJ em Campinas – SP decidiu, em primeira instância, pela manutenção integral do lançamento.

A empresa, então, interpôs recurso a este Conselho, alegando:

a) a **inconstitucionalidade da Taxa SELIC**;

b) a **nulidade do auto de infração, em virtude da existência de liminar em Mandado de Segurança suspendendo a exigibilidade do crédito tributário**; e

c) a **não incidência da COFINS sobre combustíveis, nos termos do art. 155, § 3º, da Constituição Federal**.

O recurso subiu **sem o depósito de 30%**, por força de liminar em Mandado de Segurança.

É o relatório.



Processo nº : 10830.004772/00-84  
Recurso nº : 118.979  
Acórdão nº : 201-75.929

### VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR SERAFIM FERNANDES CORRÊA

O recurso é tempestivo e dele tomo conhecimento.

A contribuinte, em suas razões de recorrer, contesta três itens:

- a) a constitucionalidade da Taxa SELIC;
- b) a nulidade do lançamento, por força da medida judicial que suspendeu a exigibilidade da exigência; e
- c) a não incidência da COFINS sobre combustíveis.

Serão eles apreciados, a seguir, um a um.

#### A INCONSTITUCIONALIDADE DA TAXA SELIC

A respeito, o CTN – Lei nº 5.172/66 -, em seu art. 161, § 1º, estabelece:

*"Art. 161. O crédito não integralmente pago no vencimento é acrescido de juros de mora, seja qual for o motivo determinante da falta, sem prejuízo da imposição das penalidades cabíveis e da aplicação de quaisquer medidas de garantia previstas nesta Lei ou em lei tributária.*

*§ 1º - Se a lei não dispuser de modo diverso, os juros de mora são calculados à taxa de 1% ao mês, formulada pelo devedor dentro do prazo legal para o pagamento do crédito.* (destaquei)

Ora, tal dispositivo é muito claro. Se a lei não dispuser de modo diverso, a taxa de juros será de 1%. No presente caso, no entanto, a lei dispôs de forma diversa (Lei nº 8.981/95, c/c o art. 13 da Lei nº 9.065/95), razão pela qual está correta a decisão recorrida.

Por outro lado, as alegações de declaração de inconstitucionalidade da Taxa SELIC não foram apreciadas pelo Poder Judiciário, que, sobre a matéria, não se manifestou, como se vê da matéria retirada do site do STJ, a seguir transcrita:



Processo nº : 10830.004772/00-84  
Recurso nº : 118.979  
Acórdão nº : 201-75.929

**"Processo: Resp 215881**

**Notícias do Superior Tribunal de Justiça**

18/04/2001

*Corte Especial encerra julgamento sobre argüição de constitucionalidade da taxa Selic*

*A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça decidiu nesta quarta-feira (18/04), por maioria de votos, pela impossibilidade de examinar o incidente de constitucionalidade sobre o uso da taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e Custódia, do Banco Central) para fins tributários. De acordo com o entendimento predominante, a inviabilidade processual do STJ fazer um exame sobre a questão se prende apenas ao caso concreto, ou seja, especificamente o recurso especial movido pela Fazenda Nacional contra um grupo de aposentados paranaenses. Nada impede que o tema venha a ser julgado pela Corte Especial em outra circunstância jurídica.*

*O exame da questão foi retomado com o voto do ministro César Asfor Rocha, que havia pedido vista do processo. A exemplo da maioria dos integrantes da Corte Especial, o ministro entendeu que o fato de um eventual exame do mérito da argüição não beneficiar o recorrente (Aylton de Carvalho Silva e outros) e a circunstância de nenhuma das partes ter solicitado tal pronunciamento ao STJ, impediram o exame da constitucionalidade da aplicação da taxa Selic em relação a este caso concreto.*

*Os demais ministros da Corte Especial se manifestaram da mesma forma, com exceção dos ministros Ruy Rosado de Aguiar e Eliana Calmon, que se juntaram aos votos discordantes proferidos, anteriormente, pelos ministros Milton Luiz Pereira, Francisco Peçanha Martins e Franciulli Netto, o relator da matéria.*

*Com a decisão tomada nesta quarta-feira, o recurso especial retornará à Segunda Turma do STJ. O órgão especializado no Tribunal para o exame de questões de direito público irá julgar os aspectos legais envolvidos no processo em que está sendo contestada a aplicação da taxa Selic na restituição do empréstimo compulsório dos combustíveis, estabelecido em 1987.*

**NULIDADE DO LANÇAMENTO PELO FATO DE ESTAR A MATÉRIA COM A EXIGIBILIDADE SUSPENSA POR FORÇA DE MEDIA JUDICIAL**



Processo nº : 10830.004772/00-84

Recurso nº : 118.979

Acórdão nº : 201-75.929

Equivoca-se a recorrente quando diz que neste processo a exigibilidade está suspensa por força de medida judicial. Conforme se lê à fl. 153, a liminar concedida tem a seguinte determinação:

*"Desta forma, determino ao Delegado da Receita Federal que se abstenha de exigir que as refinarias de petróleo cobrem antecipadamente a COFINS devida pelas Companhias Distribuidoras e Comerciantes Varejistas, com base no art. 4º da Lei nº 9.718/98, mantendo-se a sistemática de recolhimento antecipado pelas companhias distribuidoras, nos moldes da Lei Complementar nº 70/91."*

Ora, a presente exigência trata, exatamente, da cobrança da COFINS com base na Lei Complementar nº 70/91, nos exatos limites da ordem judicial. Como a empresa não recolheu os valores correspondentes, está correto o lançamento.

### A NÃO INCIDÊNCIA DA COFINS SOBRE COMBUSTÍVEIS

Tal matéria encontra-se pacificada ante a manifestação do Supremo Tribunal Federal no RE nº 250.585/PB, conforme bem destacou a decisão recorrida em seus itens 23 e 24, à fl. 115 deste processo, que a seguir transcrevo:

*"Relembre-se ainda que, no âmbito da pretensa imunidade pleiteada pelo contribuinte, supostamente sob o amparo da CF/88, art. 155, § 3º, o STF fixou o seguinte entendimento:*

**PIS E COFINS. EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES. INCIDÊNCIA. ARTS. 155, § 3º; E 195, CAPUT, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.**

*O Supremo Tribunal Federal (sessão do dia 1º.07.99), concluindo o julgamento dos Recursos Extraordinários nºs 205.305 (Ag. Rg); 227.832; 230.337; e 233.807, Rel. Min. Carlos Velloso, abrangendo as contribuições representadas pela COFINS, pelo PIS e pelo FINSOCIAL sobre as operações relativas à energia elétrica, a serviços de telecomunicações, e a derivados de petróleo, combustíveis e minerais, entendeu que, sendo elas contribuições sociais sobre o faturamento das empresas, destinadas ao financiamento da segurança social, nos termos do art. 195, caput, da Constituição Federal, não lhes é aplicável a imunidade prevista no art. 155, § 3º, da Lei Maior. Recurso conhecido e provido. (RE nº 250.585/PB)*

*No mesmo sentido, estão, por exemplo, as decisões assentadas nos seguintes Recursos Extraordinários: RE-219.632/RS, RE-229.791/AE,*



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

2º CC-MF  
Fl.

Processo nº : 10830.004772/00-84

Recurso nº : 118.979

Acórdão nº : 201-75.929

*RE-230.586/PE, RE-234.376/PE, RE-237.543/AL, RE-239.566/CE e  
RE-231.890/PB.*"

Dessa forma, nenhum reparo merece a decisão recorrida.

Pelo exposto, nego provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 20 de fevereiro de 2002

SERAFIM FERNANDES CORRÊA *flm*